



3027
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo nº. 0188745-2 (0041253-39.2008.8.17.0001) e 0188747-6 (0032863-80.2008.8.17.0001)

Agravantes: Telemar Norte Leste S/A e TNL PCS S/A

Agravados: Estado de Pernambuco e Claro S/A.

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. LITISPENDÊNCIA. RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA ENTRE MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DECLARATÓRIA. IDENTIDADE ENTRE AS PARTES, A CAUSA DE PEDIR E O PEDIDO. AUTORIDADE COATORA É UM FRAGMENTO DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERESSADA. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO STJ. ENTENDIMENTO DO ART. 301, §1º, 2º E 3º DO CPC RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto com fundamento no art. 557, §1º do CPC, em face da decisão terminativa que negou provimento ao recurso de Apelo, mantendo a decisão proferida pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital que, nos autos da Medida Cautelar Inominada e da Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo c/c Obrigação de Fazer, acolheu a preliminar de litispendência, extinguindo os processos sem resolução de mérito, com base no art. 267, V e 301 §§1º e 2º do CPC, revogando a medida liminar anteriormente concedida na cautelar, e condenou os apelantes ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa.

2. A decisão de primeiro grau entendeu que ocorreu a litispendência pelo fato dos recorrentes terem ingressado com o Mandado de Segurança nº 001.2008.032437-2 (0032437-68.2008.8.17.0001), distribuído para na 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital, contra suposto ato coator do pregoeiro público e do gerente geral de compras contratos e licitações da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, tendo como litisconsorte passivo a Claro S/A. O objetivo do Mandado de Segurança seria anular a decisão administrativa que declarou como vencedora e habilitada a empresa Claro S/A e que adjudicou e homologou o resultado do Pregão Presencial nº 14/2008 (Processo Administrativo nº 040.2008.III.PP.04.SAD).

3. Assim, por entender que a Ação Declaratória e o Mandado de Segurança tinham a mesma causa de pedir, o mesmo pedido e as mesmas partes, pois considerou que o pregoeiro e o gerente geral de compras são um fragmento da pessoa jurídica de



3028
4

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

direito público interessada no feito, no caso dos autos, o Estado de Pernambuco, acabou por extinguir a ação em razão da litispendência.

4. O Tribunal da Cidadania, em casos análogos, entendeu que na hipótese de existirem duas ações com a mesma causa de pedir, o mesmo pedido, apenas havendo divergência entre as partes, por, em uma ação ter no polo passivo a autoridade coatora e na outra demanda a entidade de direito público que a referida autoridade faz parte, estaria configurada a litispendência.

5. Isso é justificável porque a autoridade coatora apenas presta as informações na primeira fase do processo, visto que na esfera recursal é a pessoa jurídica de direito público ao qual pertence a autoridade coatora a legitimada a demandar, bem como quem sofre os efeitos da decisão judicial. Não admitir a ocorrência da litispendência em casos como os dos autos seria o mesmo que abrir a possibilidade da parte ingressar com outra ação na tentativa de conseguir um julgamento que lhe seja mais benéfico, ferindo o princípio do juiz natural.

6. Recurso de Agravo desprovido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo nº 0188745-2 (0041253-39.2008.8.17.0001) e 0188747-6 (0032863-80.2008.8.17.0001), ACORDAM os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo, nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



3029
A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo nº. 0188745-2 (0041253-39.2008.8.17.0001) e 0188747-6 (0032863-80.2008.8.17.0001)

Agravantes: Telemar Norte Leste S/A e TNL PCS S/A

Agravados: Estado de Pernambuco e Claro S/A.

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto com fundamento no art. 557, §1º do CPC, em face da decisão terminativa que negou provimento ao recurso de Apelo, mantendo a decisão proferida pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital que, nos autos da Medida Cautelar Inominada e da Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo c/c Obrigação de Fazer, acolheu a preliminar de litispendência, extinguindo o processo sem resolução de mérito, com base no art. 267, V e 301 §§1º e 2º do CPC, revogando a medida liminar anteriormente concedida na cautelar, e condenou os apelantes ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa.

A decisão de primeiro grau entendeu que ocorreu a litispendência pelo fato dos recorrentes terem ingressado com o Mandado de Segurança nº 001.2008.032437-2 (0032437-68.2008.8.17.0001), distribuído para na 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital, contra suposto ato coator do pregoeiro público e do gerente geral de compras contratos e licitações da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, tendo como litisconsorte passivo a Claro S/A. O objetivo do Mandado de Segurança seria anular a decisão administrativa que declarou como vencedora e habilitada a empresa Claro S/A e que adjudicou e homologou o resultado do Pregão Presencial nº 14/2008 (Processo Administrativo nº 040.2008.III.PP.04.SAD).

Assim, por entender que a Ação Declaratória e o Mandado de Segurança tinham a mesma causa de pedir, o mesmo pedido e as mesmas partes, pois considerou que o pregoeiro e o gerente geral de compras são um fragmento da pessoa jurídica de direito público interessada no feito, no caso dos autos, o Estado de Pernambuco, acabou por extinguir a ação em razão da litispendência.

Em suas razões, protesta o agravante pela reforma da decisão vergastada, alegando os mesmos motivos do apelo, ou seja, que não há litispendência, mas sim, conexão, pois as ações teriam partes distintas, visto que no *writ* seria parte o pregoeiro público e o gerente geral de compras contratos e licitações da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, tendo a Claro S/A como litisconsorte passivo, enquanto que não ação Declaratória seria o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Estado de Pernambuco e a Claro S/A. Assim, requerem que o feito seja devolvido para o juiz de primeiro grau, para que seja processado e julgado.

Dessa forma, requer a retratação da decisão aqui rebatida ou, caso não seja assim entendido, pugna para que o recurso venha a ser apreciado pela Câmara.

Em síntese, é o relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



2031
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Apelo nº. 0188745-2 (0041253-39.2008.8.17.0001) e 0188747-6 (0032863-80.2008.8.17.0001)

Agravantes: Telemar Norte Leste S/A e TNL PCS S/A

Agravados: Estado de Pernambuco e Claro S/A.

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Perlustrando os autos, vejo que não merece reforma a decisão guerreada. Os recorrentes interpuseram no dia 14/08/2008 o Mandado de Segurança nº 001.2008.032437-2 (0032437-68.2008.8.17.0001) contra suposto ato coator do pregoeiro público e do gerente geral de compras contratos e licitações da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, tendo como litisconsorte passivo a Claro S/A, o qual foi distribuído para 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital, tendo o juiz negado a medida liminar requerida no mesmo dia.

No dia seguinte, 15/08/2008, após a ciência da decisão que negou a liminar do *writ* supracitado, os apelantes propuseram a Medida Cautelar (e, posteriormente, a Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo c/c Obrigação de Fazer) com a mesma causa de pedir, o mesmo pedido, apenas diferenciando que no polo passivo figurava o Estado de Pernambuco e a Claro S/A.

Os §1º, 2º e 3º do art. 301 do Código de Processo Civil, dispõem sobre litispendência e coisa julgada:

"Art. 301:

§ 1º. Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º. Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

§ 3º. Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso".

Apesar de os recorrentes alegarem que não há litispendência em razão de figurar no polo passivo do *writ* o pregoeiro público e o gerente geral de compras contratos e licitações da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, tendo a Claro S/A como litisconsorte passivo, e no polo passivo da Ação Declaratória o Estado de Pernambuco e a Claro S/A, o STJ tem decidido em sentido contrário. Explico.



3032
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

O Tribunal da Cidadania, em casos análogos, entendeu que na hipótese de existirem duas ações com a mesma causa de pedir, o mesmo pedido, apenas havendo divergência entre as partes, por, em uma ação ter no polo passivo a autoridade coatora e na outra demanda a entidade de direito público que a referida autoridade faz parte, estaria configurada a litispendência.

Isso é justificável porque a autoridade coatora apenas presta as informações na primeira fase do processo, visto que na esfera recursal é a pessoa jurídica de direito público ao qual pertence a autoridade coatora a legitimada a demandar, bem como quem sofre os efeitos da decisão judicial. Não admitir a ocorrência da litispendência em casos como os dos autos seria o mesmo que abrir a possibilidade da parte ingressar com outra ação na tentativa de conseguir um julgamento que lhe seja mais benéfico, ferindo o princípio do juiz natural.

Abaixo, jurisprudência pacífica do STJ sobre o tema:

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO DE AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (ART. 132, IV DA LEI 8.112/90) CONSISTENTE NA ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE DEFESA DE CONTRIBUINTE EM FACE DE NOTIFICAÇÕES FISCAIS DE LANÇAMENTO DE DÉBITOS, NA CONDIÇÃO DE SERVIDOR LOTADO NO SETOR DE ANÁLISE DE DEFESAS E RECURSOS. ADEQUAÇÃO DO WRIT PARA CORREÇÃO DE SUPOSTAS ILEGALIDADES NO ÂMBITO DO PAD. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. EXISTÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE DA CONDUTA ÍMPROBA. PROPORCIONALIDADE DA PENA APLICADA. IMPOSSIBILIDADE DE DISCRICIONARIEDADE POR PARTE DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. PARECER MINISTERIAL PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. SEGURANÇA DENEGADA.

1. O Mandado de Segurança é meio processual adequado e idôneo para corrigir ilegalidades ocorridas no Processo Administrativo Disciplinar (PAD), ainda que se faça necessário examinar em profundidade a prova da sua ocorrência; o que não se admite, no trâmite do pedido de segurança é que essa demonstração se dê no curso do feito mandamental; mas se foi feita a demonstração documental e prévia da suposta ilegalidade ou abuso, não há razão jurídica para não se dar curso ao pedido de segurança e oferecer ao jurisdicionado uma solução segundo os cânones do Direito. 2. A jurisprudência desta Corte admite, excepcionalmente, a ocorrência de litispendência ou coisa julgada entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, entendendo-se que tais fenômenos se caracterizam quando há identidade jurídica, ou seja, quando as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas;



2033
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

no pedido mandamental, a autoridade administrativa, e na ação ordinária a própria entidade de Direito Público. (...)

(STJ - MS 18.666/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 07/10/2013)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXCEPCIONAL POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA ENTRE MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DECLARATÓRIA. PRECEDENTES. TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS. CONCURSO DE REMOÇÃO REGIDO POR LEI POSTERIORMENTE DECLARADA INCONSTITUCIONAL PELO STF COM EFEITOS EX TUNC. ADI 3.522/RS. PRETENSÃO DE QUE SEJAM AFASTADOS OS EFEITOS DA CITADA ADI COM A CONSEQUENTE MANUTENÇÃO DA ORA RECORRENTE NA TITULARIDADE DO TABELIONATO (EFEITO JURÍDICO). IDENTIDADE DE CAUSA DE PEDIR E PEDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A tradição jusprocessualista analítica do instituto da litispendência (e da coisa julgada) apoiava-se na ocorrência da tríplice identidade elementar entre duas ações: mesmas partes, mesmo pedido e mesma causa de pedir, teoria que foi acolhida integralmente pelo CPC/73 (art. 301, § 3o.); por isso que era inaceitável a ocorrência de litispendência entre um pedido mandamental e uma ação ordinária, porquanto é óbvio que os respectivos pólos passivos são distintos. 2. Entretanto, esta Corte Superior, seguindo orientações doutrinárias mais recentes, entendeu que é excepcionalmente possível a litispendência entre mandado de segurança e ação ordinária, uma vez que tal fenômeno se caracteriza quando há identidade jurídica, ou seja, quando as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas. Precedentes do STJ. Ressalva do ponto de vista do Relator. 3. In casu, os pedidos formulados pela ora recorrente nas demandas anteriores e na presente, bem como a causa de pedir, coincidem, (embora os polos subjetivos sejam indubitavelmente distintos): o afastamento dos efeitos do julgamento da ADI 3.522 que declarou a inconstitucionalidade dos critérios de pontuação de títulos do curso de remoção previstos na Lei Estadual 11.183/98 em razão do decurso do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/99, para que seja declarado nulo o ato de reclassificação e, por consequência, o ato de desconstituição da sua delegação, habilitada no concurso de remoção. 4. A litispendência se revela porque a pretensão da ora recorrente nas citadas demandas ajuizadas era igualmente a de ser mantida como titular da delegação do 1o. Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos de São Luiz Gonzaga/RS, insurgindo-se, em todos eles, contra os atos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul tendentes a desconstituir as delegações de



3034
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

serventias que haviam sido outorgadas com base nos critérios fixados na Lei Estadual 11.183/98 declarada inconstitucional pelo egrégio STF, no julgamento da ADI 3.522. 5. Recurso Ordinário desprovido, em face da constatação da litispendência, com a ressalva do ponto de vista do Relator.

(STJ - RMS 38.889/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/12/2013, DJe 07/02/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PETIÇÃO INICIAL DO MANDADO DE SEGURANÇA INDEFERIDA. LIMINARMENTE. LITISPENDÊNCIA CONFIGURADA. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 301, § 1º, do Código de Processo Civil, ocorre litispendência quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. 2. Na análise do requisito de identidade de partes para configuração da litispendência, devem ser considerados os beneficiários dos efeitos da decisão proferida na ação primitiva. Precedentes. 3. A caracterização da litispendência reclama a identidade dos elementos da ação, quais sejam, partes, pedido e causa de pedir. 4. No mandado de segurança, a autoridade coatora é um fragmento da pessoa jurídica de direito público interessada, e, se dentro dela há legitimidade passiva de mais de uma autoridade coatora, logo há identidade de parte para efeito de caracterizar litispendência e coisa julgada. 5. A razão de ser do instituto da litispendência é evitar que a parte ingresse com duas ações judiciais buscando o mesmo resultado, o que, em regra, ocorre quando o postulante formula, em face do mesmo sujeito processual, idêntico pedido, fundado na mesma causa de pedir. 6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ - AgRg no RMS 23.935/RS, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 06/12/2010)

TRIBUTÁRIO – PROCESSUAL CIVIL – MANDADO DE SEGURANÇA – COISA JULGADA – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – AUTORIDADES COATORAS DIVERSAS – ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IDENTIDADE – RIGOR DA LEI AFASTADO – LEGITIMIDADE DE AMBAS AS AUTORIDADES COATORAS – OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA.

1. A controvérsia versa sobre a existência ou não de coisa julgada, em relação a mandado de segurança impetrado contra ato do Governador do Estado do Piauí transitado em julgado, que foi renovado, figurando, desta vez, como autoridade



2035
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

coatora o Secretário da Fazenda. 2. Ocorre coisa julgada quando se repete uma ação já anteriormente ajuizada e ambas as ações tenham em comum a causa de pedir, as partes e o pedido (art. 301, §§ 2º e 3º, do CPC). 3. No caso de mandado de segurança, a identidade entre as partes passivas, para fins de caracterização de coisa julgada, deve ser vista com granus salis, porquanto a autoridade coatora somente participa do processo no 1º Grau, prestando as informações que lhe são requestadas; após, na fase recursal, tem legitimidade ad causam a pessoa jurídica de direito público interessada.

4. A autoridade coatora é um fragmento da pessoa jurídica de direito público interessada (REsp 676.054-PE, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 5.9.2005), e, se dentro dela há legitimidade passiva de mais de uma autoridade coatora, logo há identidade de parte para efeito de caracterizar litispendência e coisa julgada.

5. In casu, os atos impetrados foram decretos que regularam o regime especial para deferimento do ICMS, sendo a autoridade coatora legítima o Sr. Secretário de Estado da Fazenda do Piauí; pois, conforme Hely Lopes Meirelles, considera-se autoridade coatora a pessoa que ordena ou omite a prática do ato impugnado e não o superior que o recomenda ou baixa normas para a sua execução. Coator é a autoridade superior que pratica ou ordena concreta e especificamente a execução ou inexecução do ato impugnado, e responde pelas suas conseqüências administrativas... ("Mandado de Segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção e Habeas Data", 13ª ed., Ed. Revista dos Tribunais, 1989, p. 34). 6. No primeiro mandado de segurança, todavia, a autoridade coatora foi o Sr. Governador de Estado do Piauí, que em suas informações, não argüiu sua ilegitimidade passiva, mas tão-somente defendeu o mérito do ato impugnado. Houve incidência da teoria da encampação. 7. Se ambas as autoridades coadoras possuem legitimidade passiva ad causam, mesmo que uma delas adquira supervenientemente, a renovação do mandado de segurança, implica coisa julgada. 8. De forma idêntica à litispendência, conforme salientou o Sr. Min. Rel. Hamilton Carvalhido (EDResp 610.520, DJ 25.10.2004), a ratio essendi da coisa julgada, que sejam promovidas duas ações buscando o mesmo resultado. Recurso ordinário improvido.

(STJ - RMS 11.905/PI, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2007, DJ 23/08/2007, p. 240)

AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. MINISTRO DE ESTADO DA SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL. LICITAÇÃO. OBRAS DE DRAGAGEM. PORTO DE ITAJAÍ/SC. LITISPENDÊNCIA. AÇÃO DECLARATÓRIA PROPOSTA CONTRA A "UNIÃO FEDERAL - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA". AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

2036
M

CONSTITUÍDA. CONTROVÉRSIA SOBRE A NOTARIZAÇÃO E A CONSULARIZAÇÃO DE DOCUMENTOS.

- Na linha da jurisprudência desta Corte, estando caracterizada a identidade de pedidos e de causa de pedir envolvendo mandado de segurança e ação declaratória, não há como afastar o reconhecimento da litispendência, sendo irrelevante o fato de na segurança apontar-se como autoridade coatora o Ministro de Estado da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e na ação ordinária indicar-se como ré a União. - A eventual impossibilidade de concessão de tutela antecipatória na ação declaratória, igualmente, não afasta a litispendência, cabendo à interessada escolher uma ou outra via, cada qual com suas vantagens e desvantagens processuais. (...)

(STJ - AgRg no MS 15.607/DF, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/03/2011, DJe 04/05/2011)

De acordo com o artigo 267, inciso V, do CPC, verificada a ocorrência da litispendência, deve ser extinto o processo sem julgamento de mérito:

"Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...)

V - quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada (...)"..

Destarte, pela prova carreada aos autos e atento à jurisprudência pacífica, observa-se que agiu acertadamente o Juízo "a quo" ao prolatar a decisão guerreada, extinguindo o feito em razão da litispendência.

Diante do exposto, o meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator